



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO n. 29/2019

Objeto: *Contratação de serviço de locação de fibras ópticas escuras lançadas e seus acessórios, para compor o sistema de transmissão digital de alta confiabilidade para sinais de voz, dados e vídeo do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, incluídas manutenções preventivas e corretivas.*

Recorrente: *Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.*

1. RELATÓRIO

Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A., CNPJ n. 05.872.814/0001-30, inconformada com sua inabilitação e com a declaração da empresa *Algar Soluções em TIC S.A.*, CNPJ 22.166.193/0001-98, como vencedora no Pregão Eletrônico 29/2019, manifestou interesse em recorrer, nos seguintes termos:

“(...) a Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S/A manifesta a intenção na interposição de recurso, frente ao procedimento e decisão que resultaram na sua inabilitação”.

Apresentou razões recursais, conforme doc. 39011-2019-60.

Contrarrazões apresentadas pela empresa *Algar Soluções em TIC S.A.* (doc. 39011-2019-61).

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

Conheço da manifestação da intenção de recorrer, por tempestiva, com base no art. 44 do Decreto n. 10.024/2019, bem como no item 20.3 do Edital, vez que interposta eletronicamente no dia 20/04/2020 às 16:22h. A declaração do vencedor se deu às 16:01h do dia 20/04/2020.

Quanto ao recurso, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais foram apresentadas no prazo legal, em



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

27/04/2020, em observância ao item 20.3.1 do edital, com supedâneo no art. 44 do Decreto n. 10.024/2019.

As contrarrazões também foram apresentadas tempestivamente, em 30/04/2020.

2.2. Legitimidade e Interesse de agir

Também neste ponto, conheço do recurso, já que a recorrente participou da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

3. MÉRITO

3.1. Da Habilitação da Recorrente

A recorrente alega que “por motivo alheio à sua vontade, quando da renovação de uma de suas certidões negativas exigida pelo Edital, apesar do fato de estar adimplente com suas obrigações, o órgão emissor do referido documento acabou por demorar por vários dias para atender as diversas solicitações de emissão da certidão negativa atualizada, o que impactou negativamente o certame. Contudo, considerando que a Vogel está regular e adimplente com suas obrigações, tratando-se a demora tão somente de burocracia e trâmites internos da prefeitura (órgão emissor da certidão), a Vogel não poderia ser prejudicada no certame, o que acabou por ocorrer”.

Tal argumento não socorre à Recorrente.

Fato é que a empresa apresentou um documento de regularidade fiscal municipal que era válido na data da abertura do certame (02/03/2020), o qual venceu durante a fase de análise de documentação, tendo, por isso, sido constatado pela pregoeira, mediante acesso ao site do ente federativo, que a empresa não manteve sua condição de regularidade fiscal junto ao município, o que é requisito para sua habilitação, conforme subitem 7.7.3 do edital.

Mera alegação de que trâmites burocráticos no ente municipal vieram a prejudicar a Recorrente, não bastam, no entender desta pregoeira, para fazer supor que a empresa, de fato, estivesse em dia com sua regularidade fiscal, haja vista a carência de provas neste sentido.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, de conformidade com o art. 373, I do Código de Processo Civil, cumpre à Recorrente provar suas alegações, o que, s.m.j., não ocorre no presente caso.

Ademais, se faz importante frisar que a falta de regularidade fiscal junto ao Município não foi o único motivo que levou à inabilitação da empresa. A licitante não apresentou documentação de habilitação jurídica da forma como exigida no instrumento convocatório (subitem 7.6.2), nem a Certidão de Acervo Técnico - CAT do responsável técnico indicado, contrariando, também, o subitem 7.10.2 do edital.

Ressalte-se que, fato peculiar ocorreu no presente certame, que é regido pelo Decreto 10.024/19, no que se refere à apresentação dos documentos de habilitação via portal de compras, concomitantemente com a proposta.

Na data da abertura do certame, ao menos quatro empresas interessadas em participar da licitação nos informaram acerca de inconsistências que estariam ocorrendo no Portal Licitações-e, que as inviabilizaram de incluir os documentos de habilitação naquela plataforma, anteriormente à abertura da sessão, conforme preconiza o art. 26 do Decreto 10.024/2019 - ver doc. 39011-2019-38. Dentre as empresas que relataram problemas está a Recorrente.

Diante deste fato, e considerando-se que não houve culpa ou má-fé das empresas participantes, esta pregoeira entendeu por aceitar, excepcionalmente, o envio posterior da documentação, no mesmo prazo concedido para o envio da proposta ajustada ao valor do último lance ou da negociação, que é de duas horas, conforme item 8.1 do edital.

A pregoeira, ao estipular o referido prazo, o considerou suficiente e razoável, haja vista que, naquele ponto da licitação, os documentos de habilitação das empresas, ao menos em tese, já deveriam estar disponíveis e preparados para o envio por parte dos interessados, posto que já deveriam ter sido inseridos no portal de compras, e somente não o foram, em razão de problemas no sistema.

Assim, *Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.* foi convocada a enviar a proposta ajustada e os documentos de habilitação em 02/03/2020, às 15:43hs, vencendo-se o prazo para envio, aproximadamente, às 17:43hs do mesmo dia.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

A empresa encaminhou os documentos de habilitação divididos em várias mensagens de e-mail, entre as 15:17hs e as 16:24hs do dia 02/03/2020, conforme doc. 39011-2019-48. Posteriormente, na tarde do dia 03/03/2020, enviou mais três e-mails com documentos novos (docs.39011-2019-45/46/47).

Entretanto, somente os documentos enviados dentro do prazo inicialmente concedido, qual seja, de duas horas, foram considerados na avaliação da habilitação da empresa.

No que se refere à habilitação jurídica, o item 7.6.2 do edital dispõe o seguinte:

*“7.6. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:*

(...)

*7.6.2. Ato constitutivo, **estatuto** ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, empresa individual de responsabilidade limitada e, **no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores**”.* (grifamos)

Pois bem, a Recorrente, sociedade anônima, não enviou seu estatuto social. Assim, a pregoeira diligenciou no sentido de buscar o referido documento no SICAF. Entretanto, o documento constante daquele sítio remonta a julho/2014, não sendo o que está em vigor atualmente.

A empresa apresentou, ainda, Atas de Assembleias com a eleição da Diretoria, porém também ultrapassadas, haja vista que a procuração passada ao representante legal da empresa nesta licitação foi assinada por Diretor Presidente distinto daquele constante nas Atas apresentadas.

Ressalte-se que, a Ata de Eleição da nova Diretoria foi enviada intempestivamente, somente no dia seguinte ao prazo dado pela pregoeira. O estatuto social em vigor nunca foi enviado. Assim, a Recorrente não atendeu aos requisitos do edital quanto à habilitação jurídica.

Já em relação à qualificação técnica, a empresa foi inabilitada pelo fato de não ter apresentado a Certidão de Acervo Técnico - CAT do engenheiro apontado como responsável técnico, conforme exigência do item 7.10.2 do edital.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

Na documentação enviada inicialmente pela empresa, dentro do prazo, a Recorrente apresentou documentos do engenheiro Arnaldo José Marçal como Responsável Técnico. Entretanto, não enviou a CAT do profissional. Somente no dia seguinte ao prazo dado, ou seja, extemporaneamente, a empresa enviou a CAT de profissionais diversos, mas não do profissional inicialmente apontado. Assim, não se pôde aferir a experiência do mesmo na execução do objeto da licitação.

Pelos motivos elencados, não há que se falar na reclassificação da Recorrente.

3.2. Da Habilitação da Empresa Declarada Vencedora

A Recorrente, em suas razões recursais, aduz, ainda, que “a *ALGAR, segunda colocada, quando da conferência dos documentos para sua potencial habilitação, assim como a Vogel, não conseguiu trazer aos autos os documentos necessários para comprovar sua regularidade, porém, relacionado a outro item do Edital e em nosso entendimento muito mais relevante pois é através da regularidade contratual e técnica com a CEMIG que a rede de telecomunicações de cada prestadora se torna regular ou clandestina*”.

Sem razão a Recorrente também neste ponto. A empresa declarada vencedora, *Algar Soluções em TIC S.A.*, apresentou, tempestivamente, todos os documentos elencados no instrumento convocatório como requisitos de habilitação.

Ressalte-se que *Algar* foi uma das empresas que relataram inconsistências no Portal de Compras, não tendo conseguido, também, incluir seus documentos habilitatórios na plataforma. Entretanto, ao apontar o problema, por meio de mensagens enviadas no dia 02/03/2020, às 12:39hs e às 12:48hs, ou seja, anteriormente à abertura das propostas, se adiantou e enviou todos os documentos de habilitação - ver doc.39011-2019-52.

Levando em consideração o fato de haver concedido o prazo de duas horas para a primeira classificada enviar os documentos de habilitação após o encerramento da etapa de lances, e atenta ao princípio da isonomia, a pregoeira entendeu por bem conceder o mesmo prazo à segunda classificada, ainda que a empresa já tivesse enviado sua documentação.

Entretanto, novamente a empresa se adiantou e reenviou os documentos juntamente com a proposta, antes que a pregoeira pudesse formalizar a abertura do prazo, conforme se pode ver nas mensagens enviadas



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

via chat Licitações-e no dia 12/03/2020 às 17:26hs (doc.39011-2019-59), em conjunto com o e-mail enviado na mesma data, às 15:36hs (doc. 39011-2019-52).

No que se refere ao fato apontado pela Recorrente, relativo à Qualificação Técnica da vencedora *Algar Soluções em TIC S/A*, tem-se que esta empresa, visando atender o disposto no subitem 7.10.5 do edital, apresentou “*Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura*” celebrado entre a CEMIG e a *Algar Telecom S.A.*, empresa do mesmo grupo econômico.

O subitem 7.10.5 do instrumento convocatório nos diz que, no caso de utilização de redes aéreas na composição da malha de fibras ópticas objeto do certame, o interessado deve “*apresentar documento emitido em nome do licitante pela CEMIG (Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais), comprovando que possui autorização para utilização de postes da rede elétrica na cidade de Belo Horizonte na instalação de fibra óptica*”.

Apesar de o documento apresentado ter como parte empresa distinta da participante do certame, a pregoeira entendeu não ser este fato empecilho para a habilitação da licitante, haja vista que o contrato possui cláusula que autoriza a cessão da utilização da infraestrutura a empresas do mesmo grupo econômico, sendo este o caso.

O contrato apresentado, porém, perdeu sua vigência em 31/12/2019, o que ensejou a realização de diligências por parte da pregoeira.

Desta feita, indagou-se à licitante *Algar*, se a mesma faria uso da infraestrutura de postes da CEMIG, uma vez que, em caso de resposta negativa, a apresentação do documento constante do item 7.10.5 do edital seria irrelevante, posto ser exigível somente “*no caso de redes aéreas*”.

A licitante, no entanto, por meio do chat de mensagens, em 07/04/2020, relatou que “*a abordagem será parte subterrânea parte aérea*”. Paralelamente, enviou documentação complementar, via e-mail, consubstanciada em faturas de pagamento de mensalidade relativas aos meses de fevereiro e março/2020 e em uma Declaração de que “*a relação jurídica estabelecida através deste contrato foi mantida uma vez que a Algar Telecom continua a utilizar as infraestruturas da CEMIG e, conseqüentemente, a realizar os pagamentos*” - doc. 39011-2019-56.

Diante da citada Declaração, efetuou-se consulta à CEMIG, a qual informou, via e-mail, em 14/04/2020, que a *Algar Telecom S.A.* possui, atualmente, autorização para utilização da infraestrutura da CEMIG em Belo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Horizonte, continua ocupando os postes e realizando o pagamento das faturas - doc. 39011-2019-57.

Assim, no que respeita à questão da vigência contratual, após análise do documento apresentado, em conjunto com as informações colhidas por meio de diligência, dúvida não restou à pregoeira de que, não obstante o fato de o contrato formalizado por escrito estar vencido, a relação jurídica entre as empresas permanece, existe de fato, e é firme, gerando obrigações para ambas as partes.

Relativamente ao fato de o contrato apresentado ter como parte *Algar Telecom S.A.*, empresa do mesmo grupo econômico da vencedora, a CEMIG informou que não tem *“notícia de recebimento de ofício, ou outro meio de comunicação, eventualmente encaminhado pela ALGAR TELECOM S.A. à CEMIG D sobre a cessão dos direitos previstos no contrato da ALGAR TELECOM S.A. à ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S.A.”*.

A cláusula vigésima sétima do contrato em tela dispõe que *“as partes ficam desde já autorizadas a ceder ou transferir, no todo ou em parte, para suas afiliadas, ou empresas do mesmo grupo econômico ou em função de reestruturação societária, cisão e incorporação, os direitos e obrigações oriundos e/ou decorrentes do presente contrato, inclusive seus créditos, mediante comunicação escrita à outra parte”*.

Em que pese o fato de a CEMIG haver informado que não recebeu, até o momento, nenhuma comunicação por escrito acerca da cessão dos direitos de uso de sua infraestrutura de postes à *Algar Soluções em TIC S.A.*, empresa vencedora do certame a pregoeira entendeu não ser este motivo suficiente para inabilitar a empresa, haja vista que, depreende-se da leitura da citada cláusula, que existe prévia autorização para que empresas do mesmo grupo econômico da signatária do contrato se utilizem da infraestrutura de postes da CEMIG. E a exigência constante do edital é justamente essa, ou seja, de que a empresa comprove que possui autorização da CEMIG para utilização dos postes na cidade de Belo Horizonte. E não restam dúvidas de que esta autorização, de fato, exista.

A comunicação por escrito à CEMIG é condicionante para que a vencedora faça uso, de fato, das instalações, nada obstando que seja realizada no momento da contratação, que é quando a infraestrutura será efetivamente utilizada.

Importante ressaltar, aqui, que é facultada ao pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

do processo, com base no parágrafo 3º do art. 43 da Lei 8666/93. O parágrafo 9º do art. 26 do Decreto 10.024/19, também dá ao pregoeiro a prerrogativa de solicitar documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados.

No caso, a vencedora apresentou documento comprovando que possui autorização para utilização dos postes da CEMIG (*Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura*), conforme exigência editalícia, tendo sido necessária realização de diligência, com apresentação de documentos complementares, unicamente para confirmar a vigência, de fato, do mesmo, o que foi feito satisfatoriamente.

Ante o exposto, não procede o pleito do Recorrente no sentido da inabilitação da vencedora *Algar Soluções em TIC S.A.*.

3.3. Da alegada violação ao Princípio da Isonomia

A Recorrente, em suas razões de recurso, alega que *“assim como foi realizada pelo licitante, uma diligência técnica perante a CEMIG, órgão emissor do documento que comprova a regularidade contratual com a Algar, deveria ter sido dada igual oportunidade à Vogel de comprovar que estava regular e adimplente perante a Prefeitura”*.

Sustenta que houve violação ao princípio da isonomia, aduzindo que a apresentação dos documentos de comprovação da qualificação técnica da empresa vencedora (Algar) foi flexibilizada, o que *“deveria ter ocorrido também com a Vogel, que foi a primeira colocada”*.

Primeiramente, há que se ressaltar que, quanto à Certidão Negativa de Débitos Municipais apresentada pela Recorrente, cujo vencimento se deu durante a fase de verificação dos documentos de habilitação, a pregoeira agiu conforme determina a lei, dando aplicação ao parágrafo 3º do Decreto 10.024/19, segundo o qual *“a verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação”*.

Assim, considerando-se que a consulta ao site do ente federativo emissor da certidão constitui meio de prova para fins de habilitação, não há que se falar na necessidade de realização de diligência pela pregoeira no sentido de oportunizar à licitante a comprovação de estar adimplente junto à Prefeitura.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Ademais, a Recorrente não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, não podendo, portanto, se beneficiar do tratamento diferenciado destinado às referidas empresas, que têm direito a maior flexibilidade no que respeita à documentação de regularidade fiscal.

Quanto à alegação da Recorrente de que a pregoeira violou o princípio da isonomia pela forma como conduziu o certame, a mesma não se sustenta, pelos seguintes motivos: a uma, porque foi concedido para ambas as empresas o mesmo prazo para envio de documentação que, nos moldes do art. 26 do Decreto 10.024/19, já deveria estar completa e devidamente pronta para ser inserida no portal de compras; e, a duas, porque a situação das duas licitantes em comento (*Vogel* e *Algar*), conforme já sobejamente explicitado, era bastante diferente uma da outra, haja vista que *Vogel* não apresentou toda a documentação exigida no edital, ao contrário da *Algar*, que apresentou todos os documentos, e, havendo dúvida em relação a um deles, procedeu-se à realização de diligência, na forma da lei;

Por fim, é importante frisar que eventual flexibilização relativamente ao prazo para envio dos documentos de habilitação, estipulado pela pregoeria em duas horas, com a consequente aceitação dos documentos enviados extemporaneamente pela Recorrente, isto sim é que poderia vir a configurar em violação ao princípio da isonomia, em desrespeito aos outros licitantes que participaram da licitação e que prepararam toda a documentação antecipadamente, em atendimento à lei.

Lado outro, e somente a título de argumentação, se o portal de compras Licitações-e estivesse funcionando a contento na data de abertura das propostas, a Recorrente não teria outra chance para o envio de documentos eventualmente faltantes e teria sido, da mesma forma, inabilitada.

Assim, não houve violação ao princípio da isonomia, conforme alegado pela Recorrente.

3.4. Do requerimento de produção de provas

A Recorrente pleiteia *“a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial a oitiva de testemunhas (rol oportuno), perícia e juntada de novos documentos”*.

Esta pregoeira desconhece, no arcabouço jurídico que rege os procedimentos licitatórios, qualquer dispositivo no sentido de permitir a produção de provas, da forma como pleiteada pela Recorrente, a qual vai de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

encontro, inclusive ao princípio da celeridade e do formalismo moderado, inerentes à licitação.

Esta pregoeira entende que eventuais documentos comprobatórios das alegações da Recorrente deveriam ter sido apresentados por ocasião da interposição do Recurso.

Entretanto, submete-se tal requerimento à autoridade superior, para que se manifeste.

4. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** a Pregoeira **CONHECER** do Recurso interposto por *Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.* e, no mérito, propor, s.m.j, que seja julgado improcedente, e mantida a decisão que declarou vencedora a empresa *Algar Soluções em TIC S.A.*, submetendo este expediente à apreciação superior para decisão.

Ao final, requer-se a adjudicação do objeto da licitação e a homologação do certame pela autoridade superior, por regulares os atos praticados, nos moldes do art.45 do Decreto 10.024/19, e que, após, sejam devolvidos os autos à SELC para publicação da homologação no sítio licitações-e e no Diário Oficial da União, e demais providências que forem cabíveis.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2020

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira